

# OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, JUSTIÇA

*Carlos Sangreman*





# OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, JUSTIÇA

*Carlos Sangreman*

FINANCIADORES



**C** CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LINGUA  
PORTUGAL  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

PROMOTORES



acep



CEsA Centro de Estudos sobre  
África, Ásia e América Latina

APOIO A ESTE RELATÓRIO



TÍTULO

Observando Direitos na Guiné-Bissau:  
educação, saúde, habitação, água, energia, justiça

AUTOR

Carlos Sangreman

EDIÇÃO

ACEP, com LGDH e CEsa

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

PAGINAÇÃO

Ana Filipa Oliveira / ACEP

IMPRESSÃO

GUIDE Artes Gráficas

DATA

Março de 2015

ISBN

978-989-8625-07-6

DEPÓSITO LEGAL

*Esta publicação foi elaborada com o apoio da União Europeia, do Camões, I. P. e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva da autora e dos promotores, e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.*

*O autor adoptou o Novo Acordo Ortográfico.*

# ÍNDICE

7 / AGRADECIMENTOS

9 / O PROJETO

## PARTE 1

11 / **CONTEXTO GERAL**

13 / OS CONCEITOS

13 / A) OS DIREITOS HUMANOS

17 / B) A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

## PARTE 2

21 / **A METODOLOGIA E A EQUIPA**

## PARTE 3

33 / **AMOSTRAGEM**

## PARTE 4

39 /

### **ANÁLISE GLOBAL POR TEMAS DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS**

41 / A) DIREITO À EDUCAÇÃO

47 / B) DIREITO À SAÚDE

54 / C) DIREITO À HABITAÇÃO, ENERGIA E ÁGUA

60 / D) DIREITO À JUSTIÇA

## PARTE 5

73 /

### **CONCLUSÕES**

75 / UM ÍNDICE DE ACESSO A DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU

78 / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

79 / ANEXOS

81 / ANEXO I - QUADROS DE INDICADORES POR REGIÃO E SAB

111 / ANEXO II - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU (IADHGB)

## ÍNDICE DE TABELAS

36 /	TABELA 1 - AMOSTRAGEM	62 /	TABELA 15.1 - ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO HOMEM
42 /	TABELA 1.1 - ALUNOS POR SEXO NO INÍCIO E FINAL DO ANO LETIVO	63 /	TABELA 15.2 - ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO MULHERES
44 /	TABELA 2.1 - ALUNOS POR PROFESSOR NO ENSINO BÁSICO	63 /	TABELA 16.1 - ÁREA EM M2 DE PRISÃO POR DETIDO HOMEM
46 /	TABELA 4.1 - DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO (KM)	65 /	TABELA 17.1 - CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO
47 /	TABELA 5.1 - DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM LOCAL PARA CONSULTA PRÉ-NATAL (KM)	66 /	TABELA 17.2 - CONDIÇÕES DE VENTILAÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO
48 /	TABELA 6.1 - CUSTO DE CONSULTA PRÉ-NATAL, CARTÃO DE CONSULTAS E ANÁLISE	67 /	TABELA 17.3 - CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO
49 /	TABELA 6.2 - CUSTO EM % DO PREÇO DE SACO DE ARROZ	68 /	TABELA 17.4 - CONDIÇÕES DE DORMITÓRIO NOS CENTROS DE DETENÇÃO
50 /	TABELA 7.1 - CUSTO TOTAL DE MEDICAMENTOS PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA E HIDRATAÇÃO INFANTIL	70 /	TABELA 18.1 - AUTORIDADE A QUE SE QUEIXA NO CASO DE ROUBO DE GADO
50 /	TABELA 7.2 - CUSTO MÉDIO POR MEDICAMENTO PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA E HIDRATAÇÃO INFANTIL	77 /	TABELA 19 - ÍNDICE DE ACESSO A DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU
52 /	TABELA 8.1 - CUSTO DE TRATAMENTO DE PALUDISMO DE 3 CRUZES		
53 /	TABELA 9.1 - HABITANTES POR PESSOAL DE SAÚDE		
54 /	TABELA 9.2 - MÉDICO POR 1000 HABITANTES		
55 /	TABELA 10.1 - NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO		
57 /	TABELA 11.1 - CASAS MELHORADAS EM % DAS OBSERVADAS, CASAS COM ÁGUA CANALIZADA EM % DAS OBSERVADAS		
58 /	TABELA 12.1 - POÇOS DE ÁGUA POR TIPOS DE CONSTRUÇÃO		
59 /	TABELA 13.1 - CASAS COM LUZ ELÉTRICA EM % DAS OBSERVADAS		
60 /	TABELA 14.1 - DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA (KM)		

# AGRADECIMENTOS

*Carlos Sangreman*

O autor quer agradecer antes de mais a todas as Antenas regionais do Observatório, aos técnicos e ao presidente da Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH) o empenho demonstrado em obter os dados que permitiram elaborar este estudo. Um agradecimento é devido também às organizações que são parceiras na Casa dos Direitos, em particular à ACEP e à LGDH, que criaram as condições para tal execução. O autor não pode deixar de referir as autoridades guineenses a vários níveis hierárquicos que colaboraram na recolha de dados com uma atitude positiva, que só abona em favor do clima de esperança que encontramos no país durante todos os contactos estabelecidos.

## CARLOS SANGREMAN

Carlos Sangreman, natural de Lisboa, licenciado em Economia, doutorado em Estudos Africanos, com uma tese sobre a Guiné-Bissau (2003), é professor auxiliar na Universidade de Aveiro desde 2004. Consultor de organizações internacionais, desde 1985, como PNUD, BM, UE, OIM, Observatório ACP para as Migrações Sul-Sul, e dos governos de Portugal, Suécia, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Investigador e vice-diretor do CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, autor e coautor de livros sobre cooperação internacional e migrações, como “Assessment of development potential of the Guinea-Bissau diaspora in Portugal and France”, 2012 (OIM), “Arquitectos de um espaço transnacional lusófono - a diáspora guineense em Portugal”, 2011 (FP-A); “A cooperação descentralizada: os actores não estatais na dinâmica de mudança em países africanos - o caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, 2000-2004”, 2009 (CEsA e ACEP). Assessor no Ministério do Plano da Guiné-Bissau em 1986-87 e assessor para a cooperação no Ministério do Trabalho e Solidariedade, Portugal, 1998-2003; coordenador geral da cooperação da Universidade de Aveiro 2004-2014.

# O PROJETO

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS**, da Guiné-Bissau, pretende ser um contributo para desenvolver uma cultura dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, favorecendo a acção cidadã e o respeito efectivo de todos os Direitos. Trata-se de promover uma abordagem aos Direitos na sua multidimensionalidade, incluindo os direitos cívicos e políticos, económicos, sociais e culturais, direitos ambientais e cibernéticos, que estão na base das relações entre os cidadãos e as diversas instâncias de poder e nas suas práticas concretas – poder político, tradicional, religioso, na família e noutras formas de poder.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** procura melhorar o nível de conhecimento e de monitoramento dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau. Isso implica a criação de condições de acesso a informação com uma base viável, que permita retratar consistentemente a situação de partida, com um conjunto de indicadores construídos de forma participada, que sejam passíveis de ser recolhidos e que reúnam um conjunto de qualidades indispensáveis ao fim pretendido. A continuidade da recolha periódica de dados irá permitir traçar um quadro da evolução do acesso aos Direitos Humanos no país, por temas e por regiões, tornando-se assim um instrumento útil aos diversos actores sociais e políticos do país.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** procura também maior nível de coordenação e interacção entre Organizações da Sociedade Civil e o desenvolvimento das suas capacidades de intervenção, bem como um melhor conhecimento sobre Direitos Humanos por parte

da sociedade em geral. Para tal procura uma melhor articulação com profissionais da comunicação social, tanto para a promoção da abordagem dos temas nos direitos humanos no seu trabalho quotidiano, mas também contribuir para a adopção de normas éticas no tratamento dos Direitos Humanos na comunicação mediática.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** tem uma equipa a nível de Bissau, e assenta numa rede de Antenas formadas e sediadas em todas as regiões (com excepção da região Bolama/Bijagós), compostas por pessoas com experiência nas temáticas dos Direitos Humanos e como tal reconhecidas nas regiões onde estão integradas. As actividades do Observatório são apoiadas com colaborações pontuais bem focalizadas, por especialistas nacionais e estrangeiros, integradas no trabalho de seguimento realizado pelas organizações parceiras. O projecto tem apoio financeiro da UE - União Europeia (através do IEDDH – Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos) e da Cooperação Portuguesa. Este relatório do primeiro ano de recolha de dados conta também com o apoio do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

*parte 1*

# CONTEXTO GERAL



# OS CONCEITOS

## A) OS DIREITOS HUMANOS

A antiga Pérsia (cujo centro histórico se situava onde hoje é a República do Irão) é considerada como estando na origem do conceito de direitos do homem no século VI, antes de Cristo, no reinado de Círus, o Grande. Depois da conquista da Babilónia em 539 a.C. o rei fez construir um cilindro (descoberto em 1879) que passou a ser conhecido como “*a primeira declaração ou carta dos direitos humanos*”. Em 1971 a ONU traduziu esse cilindro em todas as línguas oficiais.

O cilindro contém leis de acordo com o tempo em que foi escrito: tolerância religiosa, abolição da escravatura, liberdade de escolha da profissão e expansão do império. Situa-se na tradição da Mesopotâmia, apresentando o ideal de um rei justo, na qual também se insere Hammurabi, com o primeiro código de leis que se conhece, gravado em pedra cerca de 1750 anos a.C.

A história moderna dos direitos humanos começa sobretudo com a *Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* (1789), durante a revolução francesa e com a Declaração de independência dos Estados Unidos da América (1776) onde se afirma “*Consideramos estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são a vida, a liberdade e a busca da felicidade*”.

A noção de direitos mínimos devido à simples existência como ser humano, ou direitos naturais é antiga e comum a diferentes

civilizações. Na história moderna esta ideia passou a ser explícita na legislação, reconhecendo a sociedade um valor jurídico normativo superior a qualquer outra norma.

As críticas também existiram e vieram curiosamente ainda no século XVIII da igreja católica, que defendeu em 1791 que a *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, pela sua natureza puramente filosófica, não podia substituir o direito canônico da igreja. E nos tempos contemporâneos, países como a China defendem que cada país pode ter a sua especificidade mesmo nessas matérias; ou grupos terroristas como o Estado Islâmico ou o Boko Haram nem reconhecem a existência desse tipo de direitos.

Os dois documentos de referência para este Observatório dos Direitos na Guiné-Bissau são a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*” (DUDH) adotada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948 e “*Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*” aprovada pela OUA em 1981.

A Assembleia Geral da ONU proclamou a DUDH como “*o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efectiva*”.

A “*Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*”, adoptada pela décima-oitava Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana a 26 de Junho de 1981, em Nairobi, no Quênia, é mais coletiva do que a anterior, salientando a sociedade de inserção do indivíduo, sem contrariar nenhum dos direitos individuais. Entrou em vigor em 1986. No seu texto o centro é a presença de direitos coletivos, dos povos, como o direito à autodeterminação e livre condução dos negócios de um povo.

Nos tempos de hoje, podemos referir uma tipologia de Direitos

Humanos por gerações. Os primeiros foram os direitos de participação política; direitos cívicos e direitos de organização da sociedade civil estão entre os que se poderiam citar como exemplo está o direito de votar, de eleger e ser eleito. Este é talvez o direito que melhor personifica a primeira geração de direitos humanos. Deste decorrem outros, como o direito de formar partidos políticos, direito de associação, liberdade de opinião e expressão, direito de petição, entre outros.

Designa-se esta primeira geração como Direitos e Liberdades Cívicas e Políticas.

A segunda geração de Direitos Humanos começou a tomar forma nos finais do século XVIII, inícios do século XIX. Os acontecimentos que lhe serviram de base foram a Revolução Industrial e as consequentes alterações profundas do modo de trabalhar e viver, sobretudo nos países europeus e dos EUA num contexto internacional onde os territórios coloniais não eram incluídos nestes debates. Questões como horários de trabalho, férias, salários, condições de trabalho, associações de trabalhadores e sindicatos foram os traços definidores desta geração. Daqui advém o termo que designa esta segunda geração de Direitos Sociais.

Pela semelhança de tratamento, outros direitos são incluídos nesta geração, embora datem de um período mais recente, o início do século XX. Nestes estão os Direitos Económicos e Culturais. A associação aos direitos sociais, passando a formar um sub-ramo dos Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, passa pela atitude que tradicionalmente se lhe reconhece face ao Estado. Enquanto os Direitos Cívicos e Políticos pedem do Estado, grosso modo, um dever de abstenção, ou seja, não interferência no exercício pelas pessoas destes direitos; os Direitos Económicos, Sociais e Culturais pedem, por sua vez, uma atuação do Estado, uma atitude intervencionista de redistribuição de riqueza criada, consubstanciada em prestações em espécie ou pecuniárias.

Na visão geral sobre os Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais estão numa primeira ordem de observação, pois referem-se diretamente às condições físicas de existência. Refletindo questões como a fome ou a ameaça à saúde pública decorrente da falta de saneamento e água potável, não se questionam em primeira instância com relação ao carácter não físico do direito de voto ou da liberdade de expressão garantida. Ou seja, uma população pode ter direito de voto sem qualquer restrição de direitos políticos mas sofrer de mal nutrição crónica ficando afetada nos seus direitos a uma alimentação suficiente para uma vida digna.

Continuando o percurso cronológico do discurso dos Direitos Humanos, em meados do século XX, duas tendências marcam a terceira geração de Direitos Humanos: os movimentos de autodeterminação dos países colonizados e os movimentos feministas.

A terceira geração caracteriza-se, assim, pelos direitos dos povos, como o direito à autonomia territorial, à liberdade de viver em comunidade de acordo com a cultura e identidade próprias, entre tudo o que lhe é inerente.

Caracteriza-se também pelo movimento de emancipação da mulher, tanto no que diz respeito ao movimento pelo voto feminino, como a luta pela igualdade nos locais de trabalho, pelo acesso ao ensino superior e ao topo das carreiras que eram ou são ainda predominantemente masculinas.

A quarta geração de Direitos Humanos aparece no final do século XX, estando ainda a formar-se e a definir-se no século XXI.

Caracteriza-se por serem direitos de titularidade coletiva e terem um cunho predominantemente solidário e não individualista. Fazem parte desta geração os direitos ambientais e os direitos que protegem as pessoas das consequências das novas tecnologias, sendo que cabem aqui os referentes à informação, à privacidade, até algumas práticas de medicina e de cuidados de saúde. Pode-se exemplificar em questões como a clonagem, as escutas/espionagem dos cidadãos pelo

próprio Estado, o controle sobre os conteúdos da internet, a gravação não autorizada de comunicações por telemóveis ou outros meios, a possibilidade cada vez maior de cruzar ficheiros unificando informação sobre indivíduos e sobre entidades coletivas, em processos face aos quais o livro de George Orwell (“1984”), e o seu Big Brother já parecem muito primitivos.

## B) A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

A construção de indicadores de direitos humanos na Guiné-Bissau enquadra-se no Projeto “Observatório dos Direitos” e parte de quatro critérios, válidos em qualquer país, e que têm de se verificar em simultâneo na escolha dos indicadores:

1º Correspondência com a análise da realidade social, política e económica do país (Guiné-Bissau), tal como é feita pelo atual governo, por organizações da sociedade civil em especial aquelas envolvidas no domínio dos Direitos Humanos, por organizações internacionais como a ONU e seus organismos especializados como a UNESCO, o Banco Mundial, ou a União Africana, e pelos países e organizações internacionais parceiros de desenvolvimento desde à várias dezenas de anos, como a União Europeia, Portugal, França ou a Suécia.

2º Enquadramento internacional nos documentos específicos produzidos sobre o domínio dos Direitos Humanos e dos indicadores associados, como a “Declaração dos Direitos Humanos”, a “Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos” e o documento “Indicateurs des droits de l’homme- Guide pour mesurer et mettre en oeuvre”, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2012.

3º Adoptarem uma metodologia de recolha de informação credível e possível, em todas as regiões, com os recursos existentes. A existência de uma longa lista de indicadores de DH pressupõe

sempre uma escolha atendendo á capacidade de recolha de dados da estrutura que se propõe executar e aos recursos disponíveis para essa execução. A definição teórica de um indicador fora do mundo académico só serve se for possível recolher dados que demonstrem a sua validade e evolução.

4º Compreensão fácil do seu significado. É fundamental, no nosso entender, que os indicadores construídos possam ser divulgados de forma o mais alargada possível e, por conseguinte, que sejam compreendidos facilmente por pessoas de grupos sociais com diferentes níveis de instrução e interesse pelo tema.

Tais critérios enquadram-se perfeitamente nas características gerais dos indicadores de DH definidos pela literatura da área para a atual geração de indicadores:

Robustos, pertinentes e fiáveis	Relacionados com os DH	Globais e Locais
Independentes	Simples e específicos	Transparentes

**Robustos, pertinentes e fiáveis:** Ou seja os indicadores escolhidos têm de ser recolhidos e calculados de forma segura, que não varie com o tempo e se possível testada internacionalmente; têm de ser significativos para aquilo que queremos analisar com esses indicadores e têm de ser recolhidos por processos que mereçam confiança e não casuais.

**Independentes:** Os indicadores têm de ser independentes de outras estatísticas para além das incluídas no seu cálculo e independentes de quem faz as perguntas de recolha de informação.

**Globais/locais:** Os indicadores devem poder ser calculados para o total do país mas também devem poder ser calculados ou ventilados por regiões, grupos sociais, género ou outro tipo de divisão analítica social;

**Transparentes:** Os indicadores têm de ser claramente relacionados com os DH, ser de fácil leitura e interpretação.

**Simples e específicos:** Um indicador, quanto mais simples for, melhor. Se juntar muitas variáveis torna-se inútil de interpretar socialmente.

Como para outras áreas da vida humana, o sistema estatístico em geral não produz informações específicas sobre os Direitos Humanos mas produz números que podem ser lidos à luz da problemática dos DH.

Assim, devemos imaginar indicadores que utilizem as estatísticas administrativas e sectoriais já produzidas, completadas por outras recolhidos expressamente para acompanhar a evolução dos DH, incluindo indicadores estruturais, de processo e de resultados.

O contexto social guineense tem naturalmente que ser o ponto de partida e estar na base de todo este processo.



*parte 2*

# A METODOLOGIA E A EQUIPA



# A METODOLOGIA E A EQUIPA

Na organização de uma estrutura de recolha de dados tem de se ter presente que as pessoas em geral não têm grande cultura estatística, ou seja, não têm na sua vida quotidiana de se preocupar com o rigor de recolha de informação, sempre com a mesma metodologia e com as mesmas fontes.

A má qualidade, desde há vários anos, do ensino guineense em geral também não ajuda a lidar com números ou com as fórmulas mais simples de medição e implica partir sempre do princípio que a noção de produção estatística não existe nos inquiridores, neste caso concreto, as Antenas Regionais do Observatório

Assim a equipa de recolha direta de dados do Observatório (ou seja, as Antenas Regionais) foi completada com dois técnicos: um com muitos anos de experiência profissional no Instituto Nacional de Estatística guineense, com capacidade de colocar todas as dúvidas que as recolhas de dados suscitem em cada região; e outro cujo trabalho permanente numa instituição pública implica uma cultura de lidar com números, incluindo com instrumentos como folhas de cálculo e sua expressão gráfica. Estes dois técnicos têm ainda como funções preparar os mapas de indicadores que são enviados ao investigador responsável do CEsa para análise.

A equipa de recolha de dados - as Antenas - foi selecionada pela LGDH a partir de pessoas que habitam nas diferentes regiões e que têm experiência em atividades de defesa dos direitos humanos, diretamente com a LGDH ou com outras organizações parceiras.

Foram avaliadas as primeiras recolhas, atribuídas classificações de base 0-20 valores às Antenas, e constatou-se que foi possível ter um processo de melhoria contínua daqueles que tinham mais dificuldades. Tal foi possível também com a colaboração dos técnicos atrás referidos, atingindo-se nas últimas recolhas do ano um nível geral muito bom. Se esta equipa for mantida em anos posteriores teremos uma estrutura produtora de indicadores, treinada e de confiança.

Em todo o processo de formação e de melhoria contínua procurou-se inculcar nesta equipa as seguintes qualidades de um inquiridor: (tem que se alterar a forma, para não haver alguns com dois pontos e outros não, trata-se no final)

**a. Rigor** no que pergunta

**b. Persistência** pois a sua missão é obter respostas

**c. Educação e respeito** por quem responde, não induzindo respostas ou fazendo comentários a respostas inesperadas

**d. Bom senso e inteligência** perante situações inesperadas

**e. Competência** pois quem responde tem de saber que o inquiridor sabe do que fala

**f. Dignidade** já que o inquiridor em funções é uma autoridade na recolha de dados. Deve identificar - se e ter uma postura digna

**g. Honestidade profissional** porque o inquiridor não pode inventar respostas dos inquiridos, falsificando o inquérito, mas tem de respeitar aquilo que os inquiridos querem ou não dizer.

No quadro seguinte está a composição da equipa das Antenas regionais<sup>1</sup> neste primeiro ano de recolha:

*/<sup>1</sup> Neste estudo quando se referem as regiões está-se a incluir o Sector Autónomo de Bissau (SAB) como uma região.*

Nome e região
Clemente Mendes (Inquiridor para a região de Cacheu)
Elisa Maria Sousa (Inquiridora para a região de SAB)
Eliseu Aguinaldo da Silva (Inquiridor para a região de SAB)
Ernesto Hígino Correia (Inquiridor para a região de SAB)
Formosinho da Costa (Inquiridor para a região de Quinara)
Gabriel Nan Com (Inquiridor para a região de Tombali)
João Vaz (Inquiridor para a região de Biombo)
Malam Mané (Inquiridor para a região de Bafatá)
Nicolácia Gomes (Gabu) (Substituída por falecimento por Abu Sambu)
Umaro Camará (Inquiridor para a região de Oio)

Composição da Equipa central:

- / Victorino Indequé (Coordenador geral)
- / Edson Emanuel Lopes (Técnico informático)
- / Gino Monteiro (Técnico estatístico)
- / Mussa Sanhá (Técnico de ligação com as Antenas)

Neste 1º ano de recolha executaram-se as seguintes atividades:

- / Formação em estatística das Antenas regionais do Observatório de todo o país, em Novembro 2013
- / Debate e escolha dos indicadores, em Novembro 2013
- / Sensibilização de entidades estatais e civicas para a disponibilização de dados informativos ao longo do ano
- / Recolhas dos dados para um Relatório anual de 2014, com aperfeiçoamento ao longo do ano da metodologia e das capacidades das Antenas
- / Formação em introdução de dados em computador para as Antenas, em Setembro de 2014

A formação em estatística decorreu em Bissau durante uma semana, em regime intensivo com a participação presencial de todas as Antenas regionais, tendo incidido sobre aspetos de recolha e tratamento estatístico de dados quantitativos e qualitativos bem como sobre noções básicas de informática na ótica do utilizador ministrada por dois professores da Universidade de Aveiro (sendo um deles o investigador responsável do CEsA que acompanha o Observatório). Cada formando recebeu um computador portátil individual, de forma a adquirir mais facilmente prática na sua utilização.

No debate e selecção dos indicadores, realizados em Novembro 2013, participaram presencialmente todas as Antenas, bem como elementos do staff central da LGDH e da Casa dos Direitos. Começou-se por elaborar uma lista dos subtemas que poderiam ser incluídos na recolha de dados a organizar de acordo com a literatura existente e com a análise do país:

- / Direito à vida (assassinatos, impunidades, tortura, ...)
- / Direitos de propriedade (atividade económica, ocupação de terras, roubo de gado, ...)
- / Direitos de género (práticas nefastas, nomeadamente casamento forçado, mutilação genital feminina, violência doméstica, ...)
- / Direitos das crianças (trabalho infantil, meninos talibés, ...)
- / Liberdade de expressão e de imprensa (repressão sobre jornalistas, censura, ...)
- / Educação (acesso universal gratuito, abandono escolar, acesso ao nível básico, ...)
- / Saúde (acesso gratuito, assistência na gravidez, acesso a medicamentos, ...)
- / Água e Energia (acesso a água tratada, acesso a energia doméstica, ...)
- / Justiça e sistema penitenciário (acesso a tribunais, acesso a autoridades policiais e tradicionais, condições de detenção, ...)

- / Direito à segurança pública (arbitrariedades,...)
- / Direito a um bom ambiente ecológico (cortes de mato, limpeza de ruas, ...)

Dessa listagem escolheram-se aquelas áreas que se consideravam como passíveis de ser incluídas nas recolhas do primeiro ano, atendendo aos recursos disponíveis e à prudência necessária na organização inicial de uma estrutura deste tipo:

- / Acesso a educação
- / Acesso a saúde
- / Acesso a justiça
- / Acesso a habitação
- / Acesso a saneamento
- / Acesso à água tratada
- / Acesso a energia
- / Acesso a meios de subsistência

A partir desta escolha debateram-se em detalhe os indicadores, e a fiabilidade de recolha face aos métodos e meios disponíveis, tendo-se optado pelo conjunto que se apresenta a seguir e não considerando para já indicadores directamente focados no acesso a saneamento. Considerou-se como acesso a meios de subsistência o acesso a água e a energia. . A conclusão a que se chegou, para justificar esta exclusão provisória, foi que tal recolha implicaria uma estrutura mais consolidada e poder-se-á executar quando a presente já estiver sólida na sua atividade de recolha de dados.

Ficaram então como escolhas para este primeiro ano os seguintes indicadores:

### EDUCAÇÃO

- 1.Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca, vila ou bairro de cidade, no início e no final do ano letivo
- 2.Número de alunos por professor, por escola, por tabanca vila ou bairro de cidade, no início e no final do ano letivo
- 3.Número de alunos por sala de aula, por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade, no início e no final do ano letivo
- 4.Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico, por tabanca, vila ou bairro de cidade.

### SAÚDE

- 5.Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal
- 6.Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta
- 7.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)
- 8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruces
- 9.Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base, por região (médico, enfermeiro/a, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

### HABITAÇÃO

- 10.Número de pessoas por quarto, por tabanca, vila ou bairro de cidade
- 11.Número de casas onde se podem ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade, em percentagem de casa observadas.

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade.

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas, alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade, em percentagem de casa observadas.

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (policia, tradicional, tribunal)

Para cada indicador procedeu-se à definição em detalhe de:

- / Conceito/definição de todos os componentes do indicador;
- / Justificação como indicador de Direitos Humanos;
- / Fontes de recolha de informação;
- / Tratamento/apresentação da informação;
- / Metodologia de cálculo;
- / Periodicidade de recolha;
- / Ventilação, cálculo nacional e regional.

Exemplificando:

Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

- / **Definição:** acesso a medicamentos para as doenças mais vulgares no país, medido pelo custo e pela existência desses medicamentos à venda em farmácias ou estabelecimentos que vendam medicamentos.
- / **Justificação como indicador de DH:** o acesso a medicamentos é um dos indicadores definidos para acesso a saúde. O sistema de saúde tem uma capacidade limitada de garantir o acesso dos doentes a esses medicamentos, devendo os doentes obtê-los por compra. O que sucede nalgumas regiões e durante algum tempo, é haver projetos com financiamento internacional que distribuem remédios gratuitamente. Nesses períodos o acesso é melhor, piorando quando o projeto acaba e se volta à compra no privado para obter medicamentos.
- / **Fontes de recolha de informação:** recolha de preços nas farmácias ou estabelecimentos onde vendam remédios
- / **Tratamento/apresentação da informação:** envio dos preços para cada medicamento; média simples ou cálculo central do desvio médio para cada tipo de medicamento.
- / **Metodologia de cálculo:** recolha dos preços de um destes medicamentos de cada tipo de doença na dose mínima vendida
  - / Paludismo: Coarten ou Cloroquina ou Arsumate ou Quinina ou Quinimax
  - / Febre, dor de cabeça: Aspirina ou Paracetamol
  - / Diarreia ou outras doenças gástricas: Mebendazol ou Metronidazol
  - / Dores de corpo: Ibrufen
  - / Hidratação sobretudo de crianças: saqueta de sais orais
- / **Periodicidade:** semestral

- / **Ventilação:** por regiões. A média nacional pode ser calculada mas não tem grande interesse para este efeito.

A sensibilização de entidades estatais e civicas para a disponibilização de dados informativos foi feita em Bissau e nas regiões (exceto Bolama/Bijagós) ao longo de 2014, pela Coordenação do Observatório e, nalguns casos, pela Direção da Liga, sobretudo junto de autoridades escolares, sanitárias, policiais e judiciais.

No Relatório de análise da primeira recolha de dados em Fevereiro de 2014 afirma-se: *A apreciação é globalmente de Bom. E não chega a Muito Bom porque ainda está muito incompleta nalgumas regiões e porque há dados recolhidos de forma diferente dum as regiões para outras e isso tem de ser uniformizado. Também há dados recolhidos de forma displicente, “leve leve”, que dão a impressão de serem erros de quem não está habituado a recolher dados e optou pela via mais simples de perguntar à autoridade da educação ou da saúde e não verificar. (...) Assim as notas baixas atribuídas a algumas Antenas devem-se à ausência de recolha de vários indicadores e não à má qualidade da recolha feita.*

Nas recolhas de dados seguintes as deficiências indicadas melhoraram da parte das Antenas, mas pioraram da fase da transcrição dos dados, sendo evidente a ausência de uma cultura de tratamento estatístico quantitativo (o que não admira dada a formação em Direito ser dominante nas pessoas que fizeram essa introdução de dados).

Tal foi corrigido com a inclusão na equipa do técnico estatístico já referido, o que permitiu uma vigilância permanente desde o processo de recolha, tornando a qualidade geral de nível alto em qualquer parte do mundo. A parte de preparação de divulgação, com a elaboração de gráficos a partir dos quadros de cada indicador, foi muito bem garantida pelo técnico informático, dada a sua boa formação em tratamento numérico e prática em Excel.

Uma segunda formação para as Antenas, em introdução de dados

em computador, foi ministrada por este técnico e ajudou a fixar o tipo de quadros utilizados para cada área de indicadores, eliminando repetições e interpretações erróneas.

Os dois técnicos referidos efetuaram uma deslocação conjunta às regiões para acompanhar nos locais (escolas, centros de saúde, centros de detenção, etc.) as Antenas regionais no decurso de uma das recolhas para terem melhor conhecimento das condições com que os mesmos se defrontam.

No apuramento para este relatório foram resolvidas todas as dúvidas e dados ainda em falta (sobretudo no SAB) com empenhamento do técnico estatístico, das Antenas e do próprio presidente da LGDH.

Por último refira-se que as Antenas e os dois técnicos de apoio têm uma média de idade e de habilitações relativamente altas, sendo, ou tendo sido, parte deles professores, o que ajuda à fiabilidade e à assunção da responsabilidade da recolha.

*parte 3*

# AMOSTRAGEM



# AMOSTRAGEM

Num processo destes é central ter uma estrutura capaz e sustentável de recolha e análise de dados assente em pessoas nacionais, residentes no país e nas regiões. Julgamos que tal foi conseguido no que respeita à recolha, mas não no que respeita à capacidade de análise, que ainda está dependente de técnicos internacionais.

A amostra de localidades inquiridas foi deixada ao critério das Antenas, salvaguardando alguma dispersão pelos setores dentro de cada região, tendo sido dada a indicação de inquirir pelo menos 10% de escolas e de centros de saúde. Em todos os casos tal percentagem foi excedida. No segundo ano ir-se-á procurar uniformizar o critério de escolha de localidades a inquirir, mas tal só é significativo para processos de inferência estatística, que necessitam de um universo censitário que foi recolhido em 2009 e está cada vez mais desatualizado. Mas esse recenseamento é o último e será utilizado sempre que necessário, com as devidas cautelas.

Calculou-se assim uma taxa bruta de amostragem com base nos setores e bairros existentes e inquiridos:

Tabela 1 - Amostragem

REGIÕES E SECTORES	REGIÕES E SECTORES ONDE FORAM RECOLHIDOS DADOS	TAXA DE AMOSTRAGEM
BAFATÁ (Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele, Gã-mamudo(Ganadu))	Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele, Gã-mamudo(Ganadu)	6/6 (100%)
BIOMBO (Quinhamel, Safim, Prabis, B-Bijagós)	Quinhamel, Safim, Prabis	¾ (75%)
BOLAMA/BIJAGÓS	Não foram recolhidos dados	n. a.
CACHEU (Bigene, Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, S. Domingos)	Bigene, Bula, Caió, Canchungo, Cacheu	5/6 (83,3 %)
GABŪ (Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco)	Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco	5/5 (100 %)
OIO (Bissorã, Farim, Mansaba, Mansoa, Nhacra)	Bissorã, Farim, Mansoa, Mansaba	4/5 (80 %)
QUINARA (Buba, Empada, Fulacunda, Tite)	Buba, Empada, Fulacunda, Tite	4/4 (100 %)
TOMBALI (Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo)	Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo	5/5 (100 %)
SAB [Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelom de Cima e de Baixo, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda, Brá, Hafía, São Paulo, Penha, Djolo, Bissaque, Melhoramento, Internacional, Ajuda 1ª fase, Djogoro, Massa Cobra, Tete, São Vicente Paulo, Santa Luzia, Sintra Nema, Pluba de Cima e de Baixo, N° Dame, Lero, Lala Quema, Flefé, Ros-siu, Calequir, Amedalai, Ilhéu de Rei, Varela, Tchada, Setembro, Míndara, Chão de Papel]	Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelom de Baixo e de Cima, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda	16/45 (70,8 % da população)

No SAB existem administrativamente 8 setores; mas as pessoas conhecem a cidade por bairros não por setores, estando os dados do recenseamento também apurados por bairros. Assim, a divisão que se fez dos locais de recolha respeitou esse conhecimento e a grafia dos nomes dos bairros utilizada no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2009, embora tenham populações muito diferentes, desde o Bairro Militar com mais de 31 mil pessoas ao Bairro N<sup>o</sup> Dame, que tinha, em 2009, 17 pessoas. Se tomarmos os dados do recenseamento, os bairros inquiridos pelo Projeto Observatório dos Direitos correspondem a 70,8 % da população recenseada no SAB.

A taxa de amostragem podia ser refinada pelo cálculo da população abrangida pela recolha, comparada com a população residente no setor ou região. Mas não é fiável comparar os dados disponíveis do recenseamento de 2009 a esse nível de detalhe, com 2014, já que só existem projeções da população para áreas geográficas mais vastas. Apesar dessa reserva vão utilizar-se os dados do recenseamento para a análise de alguns indicadores.

Note-se que para alguns indicadores, como o número de presos ou as condições de detenção, recolheram-se dados onde quer que as instituições se encontrem sedeadas.



*parte 4*

# ANÁLISE GLOBAL POR TEMAS DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS



# ANÁLISE GLOBAL

## A) DIREITO À EDUCAÇÃO

### **1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca, vila ou bairro de cidade, no início e no final do ano letivo**

Se virmos os números da Tabela 1.1 temos um nível de abandono escolar no ensino básico que nos interroga sobre as causas, desde condições sociais, de organização, de infraestruturas, de existência de materiais de ensino e também sobre a qualidade técnica e pedagógica de professores, que levam a um abandono de mais de 50% dos alunos entre o início e o final do ano em Quinara e de cerca de 25-30 % no Biombo, Tombali e SAB. Conclui-se claramente que esse conjunto de condições restringe, desde os primeiros anos, o direito das crianças à educação, marcando-as negativamente para o resto da vida.

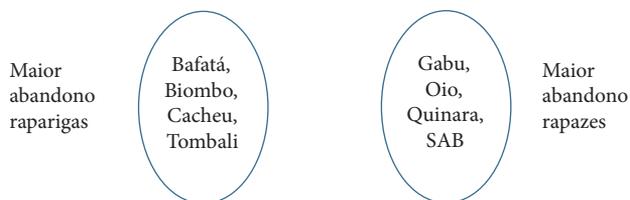
Tabela 1.1

REGIÃO	ALUNOS POR SEXO NO INÍCIO E FINAL DO ANO LETIVO				RECENSEAMENTO 2009
	Abandono masculino	Abandono feminino	Relação no início H/M	Relação no final H/M	Relação H/M (*)
Bafatá	7.3	16.5	1.0	1.1	1.0
Biombo	29.4	35.3	1.3	1.4	1,1
Cacheu	15.3	16.9	1.0	1.1	1,1
Gabu	15.1	0.0	1.3	1.1	1.0
Oio	6.8	3.8	1.6	1.5	1,2
Quinara	56.1	55.0	1.4	1.4	1,2
Tombali	31.0	35.4	1.1	1.2	1,1
SAB	29.9	23.0	0.8	0.7	0,9

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

(\*) Dados do Recenseamento de 2009 para as Crianças entre 6-11 anos a frequentar a escola.

Com um índice de abandono global da amostra de 24,9 para rapazes e 24,2 para raparigas, conclui-se que não é verdade que sejam as raparigas que mais abandonam os estudos neste nível de ensino. Neste caso podemos identificar dois grupos de regiões:



Comparando, através da Tabela 4.1, os resultados da amostra inquirida no início do ano letivo, com os dados do recenseamento de 2009, podemos ver que apenas em Cacheu e SAB a relação entre sexos piorou, no sentido de maior desigualdade, tendo estabilizado em Bafatá e Tombali. Em todas as restantes regiões entraram na esco-

la um número de raparigas mais próximo do número de rapazes em comparação com 2009. Em Gabu, aquilo que o país apelida de “altas” (ou seja, a deslocação dos alunos de umas escolas para outras, por falta de professor a meio do ano ou qualquer outro motivo) leva ao número de raparigas ser ligeiramente maior no final do que no início, nas escolas inquiridas.

Como conclusão da análise deste indicador o que podemos afirmar é que se verificam dois problemas:

- / a ausência da entrada na escola em média nacional de 41 % para ambos os sexos no escalão etário 6-11 anos (dados de Censos 2009), atingindo 60 % em Oio
- / o abandono da escola, entre o início e o final do ano, numa média de quase 25 %, sem grandes diferenças entre sexos no espaço nacional, embora com desequilíbrios entre regiões, salientando-se Quinara pela negativa e Oio e Gabu pela positiva (dados Observatório dos Direitos).

Estes dois fenómenos em conjunto concorrem para que o direito de acesso à educação seja muito limitado para ambos os sexos e não especialmente para as raparigas.

## **2. Número de alunos por professor, por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade, no início e no final do ano letivo**

Este é um indicador que mede o acesso ao ensino pretendendo ter uma dimensão mais qualitativa. Ou seja, quanto mais alunos um professor tem, menos atenção dá a cada um deles e portanto o ensino que ministra é mais impessoal, baixando a possibilidade de sucesso dos alunos, sobretudo os que não têm qualquer ajuda fora da escola, seja ao nível familiar ou por explicações. Lido à luz dos conceitos de

Direitos Humanos, quanto maior é o ratio menos possibilidade têm as crianças de exercer o seu direito de acesso ao ensino.

Tabela 2.1

REGIÃO	ALUNOS POR PROFESSOR NO ENSINO BÁSICO		
	Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
Bafatá	82	70	14,6
Biombo	152	64	57,9
Cacheu	47	40	14,9
Gabu	33	29	12,1
Oio	38	36	5,3
Quinara	56	45	19,6
Tombali	59	43	27,1
SAB	42	33	21,4

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

O número ideal de alunos por professores no ensino básico não existe, pois depende de muitas circunstâncias, como a qualidade dos professores e dos materiais e outros meios utilizados no ensino.

<sup>/ 2</sup> Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRL.TC.ZS>

Se compararmos com outros países da África Subariana<sup>2</sup>, a base de dados do Banco Mundial dá-nos para a sub-região, em 2010 e para o ensino básico, o Senegal com 34 alunos por professor, a Gâmbia com 38 e a Guiné-Conacry com 42, estando a média africana em 42,6.

Ou seja, na Guiné-Bissau, teremos o SAB na média e Cacheu perto, Oio e Gabu melhores, Quinara e Tombali piores e Bafatá e Biombo muito piores. Mas todas as regiões têm dados piores que os países vizinhos, exceto Gabu e Oio em relação à Gâmbia.

A redução (e portanto uma melhoria) deste indicador entre o início e o final do ano deve ser interpretado como consequência do abandono da escola por parte dos alunos, como vimos no indicador anterior. Note-se que não podemos considerar que a causa desse

abandono seja o alto número de alunos por professor, pois não há dados que permitam identificar a existência de uma relação direta entre o abandono e esse indicador.

Se os números do ratio alunos por professor fossem os do final do ano teríamos uma situação boa do país, em relação a outros da África Subsariana, só com Bafatá e Biombo claramente pior que a média e que os países vizinhos.

### **3. Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo**

Este indicador, embora fosse recolhido por várias das Antenas, revelou-se inconsistente. Com efeito muitas escolas têm mais do que um turno, utilizando as mesmas salas para um número elevado de crianças, mas que estão dentro da sala em horas diferentes, não sendo lógico ter uma formulação de um indicador como foi feito. Poder-se-á ver o interesse de o manter, formulando-o de maneira diferente para o futuro.

### **4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.**

Assumiu-se que em Bissau a distância percorrida pelas crianças para terem acesso a uma escola do ensino básico é em média 1 km. As distâncias recolhidas para as restantes regiões são as da Tabela 4.1:

Tabela 4.1

REGIÃO	DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO (KM)
Bafatá	6
Biombo	4
Cacheu	2
Gabu	2
Oio	6
Quinara	5
Tombali	3
SAB	1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Se calcularmos uma média simples temos a distância de 3,6 km. Se ponderarmos com a população do Recenseamento temos 3,2 km e se retirarmos o SAB temos uma distância média de 4,0 km. Ou seja, cada criança fora de Bissau tem a escola mais próxima a uma média de 4 km de distância, com certeza mais curta nas cidades/vilas das regiões e mais distante no espaço rural. Parece-nos uma distância aceitável embora para uma criança de 6,7 ou 8 anos percorrer todos os dias 4+4 km possa ser um esforço superior ao que está nas suas capacidades físicas e nos seus hábitos e, portanto, com consequências na diminuição do seu direito de acesso à educação. As únicas referências que encontramos a outros países foram de 6 km diários para a República da África do Sul.

Numa análise inter-regiões é evidente que temos três grupos com distâncias diferentes: SAB, Cacheu e Gabu por um lado, Biombo e Tombali por outro e as maiores distâncias observadas no grupo de Bafatá, Oio e Quinara, originando alguma desigualdade de acesso à educação entre as crianças de diferentes regiões.

## B) DIREITO À SAÚDE

### 5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Tabela 5.1

REGIÃO	DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM LOCAL PARA CONSULTA PRÉ-NATAL (KM)
Bafatá	6
Biombo	7
Cacheu	6
Gabu	3
Oio	4
Quinara	21
Tombali	4
SAB	2,5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

A distância entre a habitação e o local de assistência de saúde é um indicador difícil de definir de forma objetiva pois a mesma distância pode ser muito significativa para uma patologia e indiferente para outra. Tentou-se circunscrever o conceito com um indicador relativo a mulheres grávidas que procuram a primeira consulta pré-natal.

Perante os resultados obtidos é evidente que a situação em Quinara é muito grave, contribuindo para que as mulheres não possam exercer o seu direito à saúde em condições aceitáveis para o estado de gravidez, mesmo não tendo nenhuma doença. Não conhecemos nenhum padrão de comparação noutros países mas podemos pensar que, no espaço rural guineense, andar a pé 3 – 4 km seja aceitável, mas 6 - 7 km já sejam difíceis de percorrer.

## 6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Este indicador fornece elementos de grande diferenciação entre as regiões, como podemos ver na Tabela 6.1.

Tabela 6.1

REGIÃO	CUSTO DE CONSULTA PRÉ-NATAL, CARTÃO DE CONSULTAS E ANÁLISE
Bafatá	1089
Biombo	1625
Cacheu	3129
Gabu	3233
Oio	4754
Quinara	5020
Tombali	6994
SAB	9166

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Se considerarmos o custo como um indicador de acesso, ou seja, quanto mais alto for o custo mais baixo é o acesso a este tipo de serviço de saúde, temos a escala por regiões apresentada na mesma tabela.

Note-se que nas regiões de Cacheu e Oio o custo do cartão de consultas foi recolhido como sendo zero, dada a existência atualmente de projetos que subsidiem esses custos. Em Quinara a informação recolhida é a de que em vários setores as grávidas estão isentas das despesas de consulta, cartão e análise não sabemos se pelas mesmas razões.

Para procurarmos perceber se estes custos são ou não elevados podemos comparar com o preço do saco de arroz de 50 kg, comprado no mercado da capital da região (Tabela 6.2) verificando que tal

percentagem varia entre dois a dezasseis dias. Ou seja o custo de uma consulta equivale ao preço de 2-16 dias do produto de alimentação base da população. Com estes valores não admira que as mulheres grávidas considerem a possibilidade de não irem a estas consultas.

Tabela 6.2

REGIÃO	CUSTO EM % DO PREÇO DE SACO DE ARROZ	CUSTO EM DIAS MENSAIS DE PREÇO DE ARROZ
Bafatá	27,2	8
Biombo	18,5	6
Cacheu	17,9	5
Gabu	41,5	12
Oio	6,7	2
Quinara	9,3	3
Tombali	37,0	11
SAB	54,4	16

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

### **7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)**

O que se pretende medir aqui é o custo que uma família tem de suportar se tiver de enfrentar estas doenças. Como se disse no ponto sobre metodologia, procurou-se definir os medicamentos de forma o mais exata possível. No caso do paludismo este indicador refere o medicamento para crises da doença não muito graves.

Tabela 7.1

REGIÃO	CUSTO TOTAL DE MEDICAMENTOS PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA E HIDRATAÇÃO INFANTIL	
	1ª RECOLHA	2ª RECOLHA
Bafatá	3027	2715
Biombo	1372	1387
Cacheu	3580	4183
Gabu	1713	1799
Oio	2853	2853
Quinara	2472	2957
SAB	2976	2978
Tombali	1002	872

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Se tomarmos os custos como um indicador de possibilidade de acesso então é evidente que o acesso a medicamentos não é o mesmo para todo o país, chegando o custo a mais do triplo entre os mais caros (Cacheu) e os mais baratos (Tombali<sup>3</sup> e Biombo).

*/<sup>3</sup> Embora para esta região de Tombali exista um projeto que distribui de graça esses medicamentos de hidratação infantil baixando a soma total.*

A média de custo por medicamento consta na tabela 7.2.

Tabela 7.2

REGIÃO	CUSTO MÉDIO POR MEDICAMENTO PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA E HIDRATAÇÃO INFANTIL
Paludismo	512
Febre	453
Diarreia	524
Dores	485
Hidratação infantil	563

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Um fato que constatámos é que o preço dos medicamentos na área da mesma região varia muito pouco nos postos de venda que foram inquiridos, embora varie de umas regiões para as outras e de uma primeira recolha para a segunda. Ou seja, não há na realidade a formação de preços permanente em mercado, em cada região, conforme haja ou não disponibilidade do medicamento em causa, mas sim um sistema com alguma rigidez de preços. A explicação encontrada foi que as licenças atribuídas pelas autoridades regionais obrigam a um preço durante a sua vigência, mas atendem pouco ao preço existente noutras regiões.

### **8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro e outros para paludismo de 3 cruces**

Este indicador completa o anterior, procurando saber o custo de acesso à saúde no caso de uma situação mais grave. Do debate com as Antenas concluiu-se que o tipo de paludismo mais frequente e mais grave, tratável no país, era o paludismo de 3 cruces, ou seja um paludismo que pode matar o doente se não for tratado, apesar da escala contemplar 5 cruces como valor máximo<sup>4</sup>. Assim definiu-se um padrão de tratamento composto por exames, medicamentos, soro e outros e recolheram-se informações sobre o custo de cada. O resultado está na Tabela 8.1

*/<sup>4</sup> A recolha desta informação deparou-se com a ignorância dos doentes da gravidade de paludismo que têm, uma vez que só o médico tem acesso aos resultados da análise e umas vezes informa o doente, outras não.*

Tabela 8.1

REGIÃO	CUSTO DE TRATAMENTO DE PALUDISMO DE 3 CRUZES		DIAS EM RELAÇÃO AO CUSTO DIÁRIO DE ARROZ
	1ª recolha	2ª recolha	Dias em média das duas recolhas
Bafatá	7068	7068	12
Biombo	7020	7020	12
Cacheu	5101	3235	7
Gabu	9809	9497	19
Oio	7024	5730	12
Quinara	2358	3265	5
Tombali	8621	5979	13
SAB	10165	18446	25

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Podemos ver que, com exceção de Quinara e Cacheu, estes tratamentos tem um custo muito alto. Utilizando a mesma escala que o indicador anterior, teríamos os dias, expressos em custo de arroz diário, indicadas na última coluna.

Não pode haver dúvida que estes custos limitam o direito de acesso à saúde por parte da população com menos poder de compra, quando uma família que tenha de enfrentar um paludismo severo tem de suportar preços tão altos.

### **9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base, por região (médico(a), enfermeiro(a), parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)**

O indicador sobre pessoal de saúde é em geral avaliado através de um indicador que calcula o número de habitantes por tipo de pessoal

médico ou de enfermagem. Julgamos que tal metodologia supõe uma uniformização de meios disponíveis e de formação desse pessoal que não se verifica num país com tantas carências como a Guiné-Bissau, onde o enfermeiro tem muitas vezes de assumir o papel de médico e o médico tem de recorrer à imaginação e à analogia com outros casos seus conhecidos para efetuar o diagnóstico, já que os meios de que dispõe, logo para o primeiro contacto com o doente, não lhe permitem obter análises ou exames auxiliares para o seu trabalho. E se conseguir um diagnóstico correto, a probabilidade de ter meios de tratamento adequados é igualmente baixa.

Para cálculo deste indicador vamos utilizar os dados recolhidos pelo Observatório dos Direitos e os números de população do Recenseamento de 2009, já que, como o próprio INE afirma, não é fiável fazer projeções demográficas para as regiões seis anos depois dos Censos.

Tabela 9.1

REGIÃO	HABITANTES POR PESSOAL DE SAÚDE				
	Médicos	Enfermeiros	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
Bafatá	5000	4468	20731	26250	351
Biombo	48560	4415	12323	-	996
Cacheu	13751	2962	8811	24063	754
Gabu	19594	3781	26504	39514	365
Oio	28081	7020	28016	15045	1489
Quinara	12722	3029	7730	13722	-
Tombali	15823	2316	11748	11867	3062
SAB <sup>5</sup>	4310	1498	3678	96977	-

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

*/<sup>5</sup> Apesar de existirem três hospitais no SAB (Simão Mendes, Raul Follereau e Militar) só foi possível ter dados dos dois primeiros.*

Um indicador mais utilizado internacionalmente mas menos legível de imediato é o número de médicos por 1000 habitantes. A Guiné Bissau está um pouco acima do Senegal e abaixo da Gâmbia (segundo a OMS).

Tabela 9.2

REGIÃO	MÉDICO POR 1000 HABITANTES
Bafatá	0,20
Biombo	0,02
Cacheu	0,07
Gabu	0,05
Oio	0,04
Quinara	0,08
Tombali	0,06
SAB	0,23

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Qualquer dos dois indicadores nos diz que o SAB seguido de Bafatá está melhor provido de recursos de saúde para uma maior garantia que o direito de acesso seja cumprido. Note-se que em Quinara com uma distância média entre a habitação e um posto de saúde de 21 km o primeiro indicador assume outra dimensão negativa. Biombo tem os piores valores dos dois indicadores, mas a proximidade de Bissau aponta para uma interpretação cautelosa.

## CJ DIREITO HABITAÇÃO, ENERGIA E ÁGUA

### HABITAÇÃO

#### 10. Número de pessoas por quarto

<sup>/ 5</sup> Note-se que tais parâmetros são para adultos, tendo-se um cuidado específico para não haver dados recolhidos com metodologias diferentes.

Este indicador procura dar informação sobre a qualidade de vida da população partindo do princípio que o número de pessoas por quarto deve ser entre 1 e 2<sup>6</sup>. Assim chegamos ao número de pessoas que vivem em cada habitação dividido pelo número de quartos ou

divisões da casa (já que para muitos habitantes a divisão entre quarto e sala não existe). Quanto maior for esse número em piores condições as pessoas vivem. Por exemplo em Bafatá vivem 3,3 pessoas por quarto mas em Cacheu as condições são melhores pois temos 2,7 pessoas por quarto (Tabela 10.1). Este é um indicador que pode variar de um mês para outro com facilidade: em Oio a evolução de 1,9 pessoas por quarto para 2,4 significa que a amostra de casas escolhida para a primeira recolha tem melhores condições que a escolhida para a segunda recolha ou que por qualquer motivo o número de pessoas em cada habitação aumentou nos meses em que se fez a segunda recolha.

Para as várias regiões da Guiné Bissau apenas Quinara tem valores nesse intervalo de referência. Oio tem duas recolhas de dados muito diferentes. Uma foi feita na zona de Mansoa, Farim e Morés e outra na zona de Bissorã, Binar, Mansaba. Não nos parece que se possa tirar conclusões de uma evolução negativa. Um valor relativamente surpreendente é o do SAB, que não é dos mais negativos, contrariamente ao que se poderia esperar pela concentração populacional na capital.

Tabela 10.1

REGIÃO	NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO	
	1ª RECOLHA	2ª RECOLHA
Bafatá	3.3	3.6
Biombo	4.0	4.0
Cacheu	2.7	2.4
Gabu	2.4	2.3
Oio	1.9	3.4
Quinara	1.6	1.5
Tombali	2.3	2.6
SAB	3.9	2.1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

## **11. Número de casas onde se podem ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %**

Este indicador, que tem a mesma lógica do anterior, parte do princípio de que a melhoria da habitação é um dos primeiros investimentos que uma família faz quando dispõe de alguma poupança ou de algum acesso extra a recursos. Essas estratégias melhoram o direito a uma habitação digna e está centrada na capacidade privada e não pública ou estatal. Alguns projetos de ONG têm medidas de ajuda à melhoria das casas (por exemplo para a compra de chapas de zinco para telhados), mas isso não invalida o indicador que reporta a subida na qualidade de vida, seja qual for a origem das verbas que o permitiram. Observaram-se um número de casas e dessas registaram-se aquelas onde se podiam ver melhorias a partir da exterior. As Antenas regionais, quando a situação não era clara, perguntavam ao residente, mas não inquiriam melhorias não visíveis da rua. Variam de zona, fazendo rotatividade na amostra, não repetindo as casas observadas na primeira recolha para a segunda. Não havendo padrão de comparação, apenas podemos registar o baixo valor de Quinara e o valor alto de Oio (embora o número de casas, neste caso, seja muito menor que o das restantes regiões) como os extremos de um intervalo que se deverá observar como evolui no 2º ano. Se não considerarmos esses extremos, teremos cerca de um terço das habitações com melhorias visíveis.

A percentagem de casas observadas com água canalizada é diminuta, como se pode ver na Tabela 11.1. Na realidade observada há água canalizada em Bissau e em Bafatá. No resto do país não existe.

Ao tentarmos perceber se o valor zero para Oio correspondia à realidade (uma vez que a amostra foi muito pequena para este indicador nesta região) questionámos o Presidente da Associação de Consumidores de Água de Bissorã que nos indicou um valor de 64

casas com água canalizada para um total de 6.691 agregados familiares (dados do recenseamento), o que perfaz uma percentagem de 0,95, mesmo assim extremamente baixa.

Tabela 11.1

REGIÃO	CASAS MELHORADAS EM % DAS OBSERVADAS	CASAS COM ÁGUA CANALIZADA EM % DAS OBSERVADAS
Bafatá	29.3	6,8
Biombo	31.3	2,5
Cacheu	27.0	0,5
Gabu	37.0	0,3
Oio	62.5	0,0
Quinara	17.6	0,1
Tombali	32.8	0,1
SAB	21.1	18,1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

### **12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade**

Uma vez que a presença de água canalizada, e portanto com maiores probabilidades de ser tratada, é diminuta, o acesso a água faz-se por poços tradicionais, tradicionais melhorados e poços com bomba de extração. Estes poços melhorados podem não ter a água tratada diretamente mas a sua estrutura dificulta a infiltração de resíduos ou outras águas contaminadas ou simplesmente sujas.

Assim, quanto melhores forem os poços que existem numa região, melhor a qualidade de acesso a água e, logo, melhor direito a uma vida de qualidade.

Tabela 12.1

REGIÃO	POÇOS TRADICIONAIS	POÇOS TRADICIONAIS MELHORADOS	POÇOS COM BOMBA DE EXTRAÇÃO A FUNCIONAR
Bafatá	66.7	23.6	9.8
Biombo	63.4	17.4	19.2
Cacheu	57.3	31.2	11.5
Gabu	69.1	27.0	3.9
Oio	41.3	35.5	23.1
Quinara	47.7	16.9	35.4
Tombali	80.7	7.8	11.5
SAB	65.6	34.4	0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Com estes dados aquilo que se pode apreciar no sentido referido atrás, são as regiões de Oio e Quinara terem uma estrutura de poços com mais probabilidade de fornecer melhor água, enquanto Tombali e Gabu têm a pior.

## ENERGIA

**13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %**

Este indicador mede um nível de vida mais alto uma vez que ter a casa iluminada por luz elétrica corresponde a um nível de despesa mais difícil de suportar. Sobretudo porque, existindo muito poucas horas de luz diárias na rede pública, os particulares têm de ter geradores (ou painéis solares e baterias) que têm custos elevados.

Tabela 13.1

REGIÃO	CASAS COM LUZ ELÉTRICA EM % DAS OBSERVADAS
Bafatá	25,7
Biombo	18,3
Cacheu	4,3
Gabu	31,7
Oio	48,1
Quinara	11,9
Tombali	23,6
SAB	51,1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Os resultados (Tabela 13,1) são surpreendentes em Cacheu por serem tão baixos e em Oio por se aproximarem dos que encontramos no SAB. Julgamos que este indicador terá uma evolução significativa se a atual política de energia se mantiver. Com a energia elétrica disponível há a possibilidade de ter eletrodomésticos, de baixar os custos da energia para as empresas e desenvolver aqueles que dependem de uma corrente elétrica constante e sem variações.

## D) DIREITO À JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Este indicador é revelador do acesso à Justiça num país onde os transportes públicos são fracos, as estradas pouco tratadas e o funcionamento processual dos tribunais leva a demoras e ao não cumprimento frequente dos prazos legais<sup>7</sup>. Todo este ambiente externo do acesso à Justiça leva a que a distância e o custo para a percorrer sejam tomados em conta na decisão de apresentar ou não uma questão a um tribunal ou a outras instâncias, como a polícia e/ou as autoridades tradicionais. Os tribunais de setor só em parte resolvem estes problemas, dado o seu âmbito restrito de ação.

<sup>7</sup> Veja-se Santos, A.F., Sangreman, C e Martins, L.V. (2015), *A Qualidade da Justiça na Guiné-Bissau, 2014-2015*, PNUD, Bissau. (no prelo)

Tabela 14.1

REGIÃO	DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA (KM)
Bafatá	27.0
Biombo	19.0
Cacheu	12.0
Gabu	20.0
Oio	8.0
Quinara	69.0
Tombali	20.0
SAB	2,5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Se, em geral e com exceção do SAB, as distâncias são significativas, para Quinara implicam uma ausência do recurso a tribunais a não ser depois de esgotadas todas as outras formas possíveis de reso-

lução, pois que 69 km é uma distância que corta o direito de acesso à Justiça da maioria da população.

### **15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção**

Este indicador expressa-se de forma mais imediata calculando os metros quadrados disponíveis para cada detido como se pode ver na Tabela 15.1 e 15.2. Em diferentes publicações é indicado que a área ideal para uma cela individual é de 3,5 x 2 m ou seja 7 m<sup>2</sup> por detido, e outra referencia é a prisão de Bafatá onde a cela individual foi planeada com 6 m<sup>2</sup>. Quando a área é menor não está conforme o padrão ideal, como podemos ver na Tabela 15.1, no exemplo de Bafatá onde o número de detidos implica que haja 4,1 m<sup>2</sup> por pessoa detida e não 6 m<sup>2</sup>, como foi planeado. Nessa mesma região as condições foram piorando ao longo do ano diminuindo a área por detido para pouco mais de 1 m<sup>2</sup> e só subindo ligeiramente no final do ano.

Se considerarmos as mesmas áreas por detido para celas coletivas pode afirmar-se que nenhum Centro de Detenção em qualquer região atinge esses valores, melhorando ou piorando em função do número de detidos para a mesma área, mas sempre abaixo das referências. O valor da última recolha no SAB de 30 cm<sup>2</sup> por pessoa é tão mau que me interrogo se estará realmente certo. O direito à Justiça que também contempla as condições de prisão está muito pouco assegurado.

Tabela 15.1

REGIÃO	ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO HOMEM			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Bafatá	4.1	1.4	1.2	1.5
Biombo	3.0	2.3	4.5	4.5
Cacheu	4.3	1.3	3.0	2.0
Gabu	2.0	2.9	2.5	3.3
Oio	2.5	1.8	2.5	1.6
Quinara	1.3	5.5	2.2	1.3
Tombali	4.7	1.9	1.7	1.5
SAB <sup>8</sup>	1.3	Não recolhida	Não recolhida	0.3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

*/ <sup>8</sup> No SAB as antenas só foram capazes de fazer duas recolhas de dados em contraste com as regiões.*

Como podemos ver na Tabela 15.2 as condições de detenção das mulheres são muito melhores que a dos homens. Mas tal deriva de uma prática de não encarceramento de mulheres pela policia eventualmente com receio de que as más condições das celas originem outros problemas nomeadamente violações. É minha convicção que esta questão necessitava de um inquérito próprio aos Centros de Detenção para ter clara as razões sociais e práticas da detenção das mulheres ter o tratamento que se constata pois tal significa que não há execução de sentenças de prisão proferidas pelos tribunais para mulheres.

Tabela 15.2

REGIÃO	ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO MULHERES			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Bafatá	16.0	6.3	15.0	12.5
Biombo	Não há detidas	Não há detidas	4.0	Não há detidas
Cacheu	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas
Gabu	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas
Oio	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas
Quinara	Não há detidas	Não há detidas	7,0	Não há detidas
Tombali	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas
SAB	6.3	Não há detidas	Não há detidas	25.0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

## 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Na Tabela 16.1 pode ver-se que as condições de espaço nas prisões de Bafatá e de Mansoa são idênticas genericamente às dos Centros de Detenção. São melhores em Mansoa mas ainda assim abaixo dos valores padrão. No total do ano de 2014 as Antenas registaram a presença de uma mulher presa em Bafatá a ocupar uma cela de 6 m2.

Tabela 16.1

REGIÃO	ÁREA EM M2 DE PRISÃO POR DETIDO HOMEM			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Bafatá	1.3	1.3	1.6	1.3
Mansoa/Oio	2.9	2.3	3.5	3.0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

### **17. Condições das zonas de detenção nas prisões de Bafatá e de Mansoa e nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)**

Este é um indicador de direito a acesso a Justiça que inclui o tratamento digno das pessoas que cometeram delitos e estão a cumprir pena ou em processo de instrução ou julgamento. Note-se que essas condições devem de ter uma qualidade proporcional às condições de vida das pessoas da região ou localidade onde se inserem. Ou seja, não é socialmente aceitável para as populações que o Centro de Saúde tenha piores condições que o Centro de Detenção, ambos na mesma localidade, sendo os presos privilegiados em relação aos doentes.

As populações e os próprios guardas têm tendência para apelidar os Centros como cadeias ou prisões. E supomos que a morosidade dos processos implica que haja estadias prolongadas de detidos nestas instalações.

Pelos dados recolhidos e como se pode verificar nas Tabelas 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 as condições dos Centros de Detenção variam bastante entre regiões mas podem resumir-se no seguinte:

- / as condições de dormir são más ou péssimas;
- / a ventilação é má ou péssima ou regular;
- / a cobertura maioritariamente é boa e razoável, sendo a condição onde há uma maior distribuição entre melhores e piores condições;
- / não existe senão pontualmente acesso livre a água;
- / não são fornecidas refeições e o acesso a cozinhar é minoritário.

Tabela 17.1

TIPO DE CONDIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
<b>Ventilação</b>				
1ª recolha	2	1	12	16
2ª recolha	3	0	10	16
<b>Cobertura</b>				
1ª recolha	15	9	0	7
2ª recolha	15	3	3	8
<b>Dormitório</b>				
1ª recolha	0	0	3	27
2ª recolha	0	0	2	27
	Não tem	Tem	Acesso a água- tem acesso quando os detidos podem beber livremente sem depender dos guardas. Acesso a alimentação – tem acesso quando os detidos podem cozinhar ou aquecer a comida levada do exterior no centro. Nenhum centro fornece alimentação aos detidos.	
<b>Acesso a água</b>				
1ª recolha	30	2		
2ª recolha	28	4		
<b>Acesso a alimentação</b>				
1ª recolha	29	3		
2ª recolha	29	1		

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Tendo sido efetuadas várias recolhas de informação os quadros apresentados resumem as do primeiro semestre como 1ª recolha e as do segundo semestre como 2ª recolha. Não se detetam melhorias ou deterioração acentuadas ao longo do ano.

Nas prisões de Bafatá e Mansoa as condições são melhores sendo em ambas a ventilação e o dormitório regular, a cobertura boa e com acesso a água e a alimentação<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Há períodos em que a existência de um projeto de fornecimento de alimentação melhora as condições dos presos mas ignoramos como na realidade das prisões tais projetos são executados. Quando terminam, a informação que recolhemos é que se volta ao sistema de fornecimento do exterior.

Tabela 17.2

REGIÃO	CONDIÇÕES DE VENTILAÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO				ACESSO A ÁGUA	
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Não tem	Tem
<b>Bafatá</b>						
1ª recolha				4	3	1
2ª recolha				4	3	1
<b>Biombo</b>						
1ª recolha	1		1		1	1
2ª recolha	1		1		1	1
<b>Cacheu</b>						
1ª recolha			1	4	5	
2ª recolha	2			1	4	1
<b>Gabu</b>						
1ª recolha			3		4	
2ª recolha			3		4	
<b>Oio</b>						
1ª recolha	1	1	2		4	
2ª recolha			1	3	3	1
<b>Quinara</b>						
1ª recolha				4	4	
2ª recolha				4	4	
<b>Tombali</b>						
1ª recolha			1	4	5	
2ª recolha			1	4	5	
<b>SAB</b>						
1ª recolha			4		4	
2ª recolha			4		4	

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Tabela 17.3

REGIÃO	CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO				ACESSO A ALIMENTAÇÃO	
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Não tem	Tem
Bafatá						
1ª recolha		2		2	3	1
2ª recolha		1		3	3	1
Biombo						
1ª recolha	1	1			2	
2ª recolha	1	1			2	
Cacheu						
1ª recolha	1			4	4	1
2ª recolha	2	1			5	
Gabu						
1ª recolha	3				3	
2ª recolha	3				3	
Oio						
1ª recolha	2	1		1	4	1
2ª recolha	1		2	1	3	
Quinara						
1ª recolha	4				4	
2ª recolha	4				4	
Tombali						
1ª recolha		5			5	
2ª recolha			1	4	5	
SAB						
1ª recolha	4				4	
2ª recolha	4				4	

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Tabela 17.4

REGIÃO	CONDIÇÕES DE DORMITÓRIO NOS CENTROS DE DETENÇÃO			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Bafatá				
1ª recolha				4
2ª recolha				4
Biombo				
1ª recolha				2
2ª recolha				2
Cacheu				
1ª recolha			1	4
2ª recolha				3
Gabu				
1ª recolha			1	2
2ª recolha			1	2
Oio				
1ª recolha			1	3
2ª recolha				4
Quinara				
1ª recolha				3
2ª recolha				4
Tombali				
1ª recolha				5
2ª recolha			1	4
SAB				
1ª recolha				4
2ª recolha				4

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Se quisermos ter uma apreciação das diferenças nas condições de

detenção nos Centros entre as regiões com base nas Tabelas anteriores podemos afirmar que é no Biombo que este tipo de direitos é melhor assegurado, seguido de Gabu, SAB, Quinara, Oio, Bafatá e Tombali. Cacheu é a pior região no conjunto dos elementos que compõem este indicador.

### **18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, autoridade tradicional, tribunal)**

Este indicador pretende identificar um tipo de crime com forte incidência no país, bem definido e conhecido da população. O roubo de gado tem conotações sociais que vão para além do simples furto sendo para alguns grupos sociais étnicos um ato tradicional. Mas a partir de 2000 o agravamento desses roubos tornou o problema muito mais generalizado e perigoso com o aparecimento de ladrões com armas de fogo, originando mesmo conflitos violentos entre povoações. Igualmente o desenvolvimento do país vai progressivamente percecionando tais atos pela população como crimes, baixando a tolerância derivada da prática tradicional conhecida. É evidente que uma parte que ignoramos qual seja desses roubos são crime e não tem nada a ver com as práticas referidas mas sim com o roubo para venda das cabeças de gado<sup>10</sup>.

Ora esse contexto social, a distância a um tribunal e a morosidade e custo dos processos leva a que as populações procurem resolver as questões pendentes através das autoridades mais próximas e menos onerosas.

Se considerarmos que o seu direito à Justiça é melhor usufruído se tais questões forem resolvidas em tribunal, piores se forem resolvidos pela polícia e ainda piores se for a autoridade tradicional a julgar<sup>11</sup> ficamos com um indicador que informa sobre a qualidade do exercício do direito à Justiça.

*/ <sup>10</sup> Ver Voz di Paz (2010), «Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008», edição: Voz di Paz / Interpeace.*

*/ <sup>11</sup> Note-se que esta escolha é discutível face ao funcionamento dos mesmos. Ver Estudo sobre a Qualidade da Justiça já citado.*

Tabela 18.1

REGIÃO	AUTORIDADE A QUE SE QUEIXA NO CASO DE ROUBO DE GADO (PERCENTUAL)			
	Tribunal	Polícia	Tradi- cional	Total
Bafatá				
1ª recolha	14,5	47,3	38,2	100,0
2ª recolha	29,5	31,3	39,2	100,0
Biombo				
1ª recolha	50,0	50,0	0,0	100,0
2ª recolha	50,0	47,2	2,8	100,0
Cacheu				
1ª recolha	0,0	66,7	33,3	100,0
2ª recolha	5,7	91,4	2,9	100,0
Gabu				
1ª recolha	41,2	41,2	17,6	100,0
2ª recolha	17,6	35,1	47,3	100,0
Oio				
1ª recolha	20,4	51,0	28,6	100,0
2ª recolha	57,1	42,9	0,0	100,0
Quinara				
1ª recolha	4,0	36,0	60,0	100,0
2ª recolha	3,4	33,6	63,1	100,0
Tombali				
1ª recolha	16,7	80,0	3,3	100,0
2ª recolha	29,4	70,6	0,0	100,0
SAB				
1ª recolha	16,7	61,1	22,2	100,0
2ª recolha	Não recolhido	Não recolhido	Não recolhido	Não recolhido

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau

Pelo critério de avaliação que indicamos não há nenhuma região que tenha a maioria das queixas apresentadas em Tribunal nas duas recolhidas efetuadas. Mesmo no SAB (que tem apenas uma recolha) a maioria foi apresentada à polícia.

Em média esse tipo de crime é resolvido pela polícia no que cremos ser uma mistura de aplicação de legislação e de senso comum mais ou menos ligado às práticas tradicionais.

É um resultado perigoso para o direito à Justiça, pois fragiliza o processo de julgamento que é maioritariamente executado por pessoas com autoridade oficial mas não para exercer a função de juiz seja a que nível for.



*parte 5*

# CONCLUSÕES



# UM ÍNDICE DE ACESSO A DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU

Em geral este estudo permite concluir, antes de mais, que é possível organizar uma estrutura que recolha dados sobre áreas sensíveis do ponto de vista social e político com a colaboração da população e das autoridades diretamente envolvidas, com um trabalho cuidado e empenhado. As Antenas regionais e as organizações promotoras estão de parabéns pelo trabalho feito.

A análise realizada optou pelo critério organizativo de seguir, indicador a indicador, um processo de comparação entre Regiões e, quando existem, comparação também com padrões internacionais. No anexo I encontram-se os quadros organizados por Região e SAB para que se possa ter também a visão mais regionalizada dos dados recolhidos.

Em termos de processos verificou-se que os indicadores de Justiça eram os mais difíceis, embora as autoridades policiais tenham evoluído ao longo do ano, sempre na direção positiva de disponibilizarem as informações. Mas é claro que se sentem algo perturbadas com este tipo de recolha de elementos que evidenciam que as condições prisionais são em geral más, que a população prisional por espaço disponível é excessiva em muitos centros de detenção, que o acesso a tribunais obriga a grandes deslocações.

Outro exemplo é a diferença de presença nas escolas no início e no fim do ano, por sexo dos alunos, medindo o abandono escolar durante o próprio ano letivo. Tal indicador de acesso à educação revela as diferenças entre regiões e contraria a tese de que as raparigas

abandonam o ensino em muito maior percentagem que os rapazes para a amostra de escolas inquiridas.

Quanto ao indicador sobre a habitação e os meios de subsistência, todos sabemos que a melhoria da habitação se relaciona diretamente com a melhoria de vida. Esperamos poder perceber nos próximos anos como o direito ao bem-estar vai evoluindo, a partir da variação de indicadores como a % de casas melhoradas e/ou iluminadas com electricidade nas localidades inquiridas.

Num primeiro ano de recolha de dados e apesar de para a maioria dos indicadores se terem efetuado mais de uma recolha, apenas se consegue ter uma boa fotografia e não um filme. Ou seja, o que conseguimos perceber com estes indicadores é o estado de parte dos direitos humanos no país num momento que é o ano de 2014 - mas sem termos dados sobre a evolução dos mesmos e muito pouco sobre a perceção de tendências futuras.

Com estes dados podemos construir um Índice de acesso aos direitos humanos na Guiné Bissau que mede a relatividade entre as regiões nacionais (ver metodologia no anexo II), de forma a termos uma visão de síntese da informação obtida, mas para perceber como o país vai caminhar é necessário que se continue a obter este tipo de dados com a mesma metodologia e organização.

Tabela 19

REGIÕES	VALORES DE ORDENAÇÃO DAS REGIÕES POR ÁREAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO (*)				
	Educação (escala 1-8)	Saúde (escala 1-8)	Habitação e Outros (escala 1-8)	Justiça (escala 1-8)	Índice por região (escala 0-20)
Bafatá	5	4	6	5	8,0
Biombo	7	3	5	1	10,5
Cacheu	2	2	7	2	11,5
Gabu	1	5	2	2	14,8
Oio	3	3	1	2	18,4
Quinara	8	1	3	4	11,3
Tombali	6	3	4	3	10,5
SAB	4	6	5	2	9,1

(\*) Na escala de 1-8 quanto maior o valor pior a situação.

Este índice diz-nos que a região onde há maior acesso a direitos humanos, em comparação com todas as restantes, medido por este conjunto de indicadores, é Oio, seguido de Gabu. A região onde há menos acesso é o SAB, seguido por Bafatá.<sup>12</sup>

*/<sup>12</sup> Note-se que neste cálculo de síntese comparativa Bafatá e Oio não podem contar com as condições de prisão de Bafatá e de Mansoa, pois só os indicadores aplicados a todas as regiões podem ser utilizados.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012), *Indicateurs des droits de l'homme Guide pour mesurer et mettre en oeuvre*, Genebra e Nova York.
- Bacar Mané (2010), *Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau*, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Guiné Bissau, INEC, Bissau.
- Declaração dos Direitos Humanos (1948) e Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), online em vários sites
- Green, Maria (2001), *What We Talk About When We Talk About Indicators: Current Approaches to Human Rights Measurement*, in Human Rights Quarterly, Volume 23, Number 4, November 2001, The Johns Hopkins University Press, Project <http://muse>.
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (2008 e 2012), *Relatórios*, Bissau
- Ministério da Economia, do Plano e Integração, *Recenseamento Geral da População e Habitação (2009)*, edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau.
- PNUD e Ministério das Finanças (2007), *DENARP 2008-2013*, Bissau.
- Santos, R. e Barros, R. (2010), *Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais*, Ministério Público da União, Brasília.
- Thede, Nancy (2000), *Human Rights and Statistics – Some Reflections on the No-Man's-Land between Concept and Indicator*, International Centre for Human Rights and Democratic Development – ICHRDD, Québec, Canada
- UNICEF (2015), *Enquête nationale sur le travail des enfants en Guinée-Bissau*, Ministério da Economia e Finanças, INE, Bissau.

# ANEXOS



## ANEXO I

### QUADROS DE INDICADORES POR REGIÃO E SAB

#### BAFATÁ

##### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
7.3	16.5	1.0	1.1	1.0

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
82	70	14,6

3. Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	6
--	---

## SAÚDE

### 5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	6
--	---

### 6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	4754
--------------------------------------	------

### 7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	3027	2715
---	------	------

### 8. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	7068	7068

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12
--	----

### 9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermeira, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	5000	4468	20731	26250	351

## HABITAÇÃO

### 10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	3.3	3.6

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	29.3
Casas com água canalizada em % das observadas	6.8

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar
	66.7	23.6	9.8

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	25.7
---	------

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	27.0
--	------

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	4.1	1.4	1.2	1.5
Mulher	16.0	6.3	15.0	12.5

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	1.3	1.3	1.6	1.3
Mulher	Não há detidas	6.0	Não há detidas	Não há detidas

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação				4
				4
Cobertura		2		2
		1		3
Dormitório				4
				4

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
3	1	3	1
3	1	3	1

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	14,5	47,3	38,2	100,0
2ª recolha	29,5	31,3	39,2	100,0

# BIOMBO

## EDUCAÇÃO

1.Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
29.4	35.3	1.3	1.4	1,1

2.Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
152	64	57,9

3.Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4.Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	4
--	---

## SAÚDE

5.Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	7
--	---

6.Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	3233
--------------------------------------	------

7.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1372	1387
---	------	------

8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	7020	7020

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12
--	----

9.Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	48560	4415	12323	-	996

## HABITAÇÃO

10.Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	4.0	4.0

11.Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	29.3
Casas com água canalizada em % das observadas	6.8

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extração a funcionar
	63.4	17.4	19.2

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	18.3
---	------

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	19.0
--	------

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	3.0	2.3	4.5	4.5
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	4.0	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação	1		1	
	1		1	
Cobertura	1	1		
	1	1		
Dormitório				2
				2

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
1	1	2	
1	1	2	

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	50,0	50,0	0,0	100,0
2ª recolha	50,0	47,2	2,8	100,0

## CACHEU

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
15.3	16.9	1.0	1.1	1,1

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
47	40	14,9

3. Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	2
--	---

## SAÚDE

5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	6
--	---

6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	3129
--------------------------------------	------

7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	3580	4183
---	------	------

8. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros	1ª recolha	2ª recolha
	5101	3235

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	7
--	---

9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermeiro, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	48560	4415	12323	-	996

## HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	2.7	2.4

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	31.3
Casas com água canalizada em % das observadas	2,5

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar
	57.3	31.2	11.5

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	4.3
---	-----

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	12.0
--	------

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	4.3	1.3	3.0	2.0
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			1	4
	2			1
Cobertura	1			4
	2	1		
Dormitório			1	4
				3

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
5		4	1
4	1	5	

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (policia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Policia	Tradicional	Total
1ª recolha	0,0	66,7	33,3	100,0
2ª recolha	5,7	91,4	2,9	100,0

## GABU

### EDUCAÇÃO

1.Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
15.1	0.0	1.3	1.1	1.0

2.Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
33	29	12,1

3.Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4.Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	2
--	---

### SAÚDE

5.Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	3
--	---

6.Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	6994
--------------------------------------	------

7.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1713	1799
---	------	------

8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	9809	9497

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	19
--	----

9.Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	19594	3781	26504	39514	365

## HABITAÇÃO

10.Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	2.4	2.3

11.Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	37.0
Casas com água canalizada em % das observadas	0,3

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extração a funcionar
	69.1	27.0	3.9

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	31.7
---	------

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	20.0
--	------

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	2.0	2.9	2.5	3.3
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			3	
			3	
Cobertura	3			
	3			
Dormitório			1	2
			1	2

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
4		3	
4		3	

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (policia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Policia	Tradicional	Total
1ª recolha	41,2	41,2	17,6	100,0
2ª recolha	17,6	35,1	47,3	100,0

## OIO

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
6,8	3,8	1,6	1,5	1,2

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
38	36	5,3

3. Número de alunos por sala de aula por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	6
--	---

## SAÚDE

5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	4
--	---

6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	1089
--------------------------------------	------

7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2853	2853
---	------	------

8. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	7024	5730

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12
--	----

9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	28081	7020	28016	15045	1489

## HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	1.9	3.4

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	62.5
Casas com água canalizada em % das observadas	0,0

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar
	41.3	35.5	23.1

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	48.1
---	------

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	8.0
--	-----

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	2.5	1.8	2.5	1.6
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	2.9	2.3	3.5	3.0
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação	1	1	2	
			1	3
Cobertura	2	1		1
	1		2	1
Dormitório			1	3
				4

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
4		4	1
3	1	3	

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	20,4	51,0	28,6	100,0
2ª recolha	57,1	42,9	0,0	100,0

## QUINARA

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
56.1	55.0	1.4	1.4	1,2

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
56	45	19,6

3. Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	5
--	---

## SAÚDE

### 5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	21
--	----

### 6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	1625
--------------------------------------	------

### 7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2472	2957
---	------	------

### 8. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	2358	3265

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	5
--	---

### 9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermeira, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	12722	3029	7730	13722	-

## HABITAÇÃO

### 10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	1.6	1.5

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	17.6
Casas com água canalizada em % das observadas	0,0

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extração a funcionar
	47.7	16.9	35.4

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	11.9
---	------

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	69.0
--	------

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	1.3	5.5	2.2	1.3
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	7,0	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação				4
				4
Cobertura	4			
	4			
Dormitório				3
				4

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
4		4	
4		4	

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	4,0	36,0	60,0	100,0
2ª recolha	3,4	33,6	63,1	100,0

## TOMBALI

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
31.0	35.4	1.1	1.2	1,1

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
59	43	27,1

3. Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	3
--	---

## SAÚDE

5. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	4
--	---

6. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	5020
--------------------------------------	------

7. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1002	872
---	------	-----

8. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruces

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruces	1ª recolha	2ª recolha
	8621	5979

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	13
--	----

9. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermeiro, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	15823	2316	11748	11867	3062

## HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	2.3	2.6

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	32.8
Casas com água canalizada em % das observadas	0,1

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extração a funcionar
	80.7	7.8	11.5

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	23.6
---	------

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	20.0
--	------

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	4.7	1.9	1.7	1.5
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			1	4
			1	4
Cobertura		5		
			1	4
Dormitório				5
			1	4

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
4		5	
4		5	

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	16,7	80,0	3,3	100,0
2ª recolha	29,4	70,6	0,0	100,0

## SECTOR AUTÓNOMO DE BISSAU (SAB)

### EDUCAÇÃO

1.Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
29.9	23.0	0.8	0.7	0,9

2.Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Alunos por Professor no ensino básico		
Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %
42	33	21,4

3.Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

NÃO CALCULADO

4.Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	1
--	---

### SAÚDE

5.Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	2.5
--	-----

6.Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Custo da primeira consulta pré-natal	9166
--------------------------------------	------

7.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2976	2978
---	------	------

8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	1ª recolha	2ª recolha
	10165	18446

Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	25
--	----

9.Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários
	4310	1498	3678	96977	-

## HABITAÇÃO

10.Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	1ª recolha	2ª recolha
	3.9	2.1

11.Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas melhoradas em % das observadas	21.1
Casas com água canalizada em % das observadas	18.1

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Poços por tipo	Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar
	65.6	34.4	0

## ENERGIA

13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %

Casas com luz eléctrica em % das observadas	51.1
---	------

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	2.5
--	-----

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa			
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha
Homem	1.3	Não recolhida	Não recolhida	0.3
Mulher	6.3	Não recolhida	Não recolhida	25.0

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			4	
			4	
Cobertura	4			
	4			
Dormitório				4
				4

Acesso a água		Fornecimento de refeições	
Não tem	Tem	Não tem	Tem
4		4	
4		4	

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (policia, tradicional, tribunal)

Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
1ª recolha	16,7	61,1	22,2	100,0
2ª recolha	Não recolhido	Não recolhido	Não recolhido	Não recolhido



## ANEXO II

### METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ BISSAU (IADHGB)

A metodologia deste índice tem os seguintes pontos de partida:

- 1) Todos os indicadores tem o mesmo peso nas fórmulas de cálculo.
- 2) As áreas (Educação, Saúde, etc.) são ponderadas pelo número de indicadores recolhidos. Ou seja considera-se que qt mais indicadores recolhidos, maior é o conhecimento sobre uma área de direitos humanos e portanto maior é a fiabilidade dos dados de síntese produzidos. Não se faz qualquer juízo de valor mas apenas um juízo de confiança nos indicadores.
- 3) As escalas a utilizar devem ser as mesmas para todos os indicadores e variarem no mesmo sentido. Ou seja quando os números aumentem ou diminuam o significado em todos os indicadores tem de ser o mesmo de melhorar ou piorar os direitos que esse indicador quer retratar.
- 4) Todos os indicadores são reduzidos à escala 1-8 de ordenação do melhor para o pior de acesso a direitos humanos. A atribuição do valor de ordenação faz-se a partir do melhor para o pior, repetindo os valores se os resultados forem iguais.
- 5) As componentes de cada indicador têm uma escala e/ou uma ponderação específica obedecendo à formulação base referida no ponto 7). Ver Tabela II.1.
- 6) Para melhor leitura por qualquer pessoa os resultados finais dos índices das regiões serão expressos na escala 0-20.
- 7) Formulação matemática:
  - a. Seja NI o número do indicador = 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18.
  - b. Seja E a escala de ordenação = 1,2,3,4,5,6,7,8.
  - c. Nos indicadores compostos (ex.: condições de centros de detenção) a fórmula base de agregação é o  $\Sigma e=1-8$ , voltando a normalizar-se na escala 1-8 o resultado do somatório.
  - d. Ponderadores das áreas Educação=3; Saúde= 5;Habitação e outros=5; Justiça=4

e. Fórmula final para cada região:

$$\frac{\sum (w_i * I_a)}{\sum w_i} \rightarrow \frac{3 * IE + 5IS + 5IH + 4IJ}{3 + 5 + 5 + 4} \rightarrow \text{Índice do acesso a DH na Região R}$$

Com  $w_i = 3, 5, 5, 4$

$I_a =$  Educação, Saúde, Habitação e Outros, Justiça

R = Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali, SAB

Tabela II.1 -  
Escala por indicador

Indicador	Escala
1.Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo (componentes de abandono M e H e de relação H/M)	1,2,3,4,5,6,7,8
2.Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo	1,2,3,4,5,6,7,8
3.Número de alunos por sala de aula por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo	1,2,3,4,5,6,7,8
4.Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.	1,2,3,4,5,6,7,8
5.Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal	1,2,3,4,5,6,7,8
6.Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta	$\Sigma$ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
7.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)	$\Sigma$ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
8.Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros	$\Sigma$ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
9.Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)	Médico =3 Enfermagem =2 Parteira=1 $\Sigma$ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
10.Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade	1,2,3,4, 5,6,7,8
11.Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %; casas com água canalizada em %	1,2,3,4, 5,6,7,8

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, por tabanca vila ou bairro de cidade	Tradicionais=1 Tradicionais Melhorados=2 Com bomba a funcionar=3 $\Sigma$ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
13. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em %	1,2,3,4, 5,6,7,8
14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância	1,2,3,4, 5,6,7,8
15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção	1,2,3,4, 5,6,7,8
16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa	1,2,3,4, 5,6,7,8
17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)	Boa = 1; Razoável = 2; Regular = 3; Má ou péssima = 4 $\Sigma$ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)	Polícia = 2; Tribunal = 1; Tradicional = 3; $\Sigma$ e 1,2,3,4, 5,6,7,8

#### Exemplo de cálculo de Índice da educação (IE)

Região	Ordenação da região por indicadores					$\Sigma$	IE
	Abandono escolar H	Abandono escolar M	Relação H/M	Alunos p/ professor	Distância a escola		
Bafatá	2	3	1	7	6	19	5
Biombo	5	6	4	8	4	27	7
Cacheu	4	4	1	4	2	15	2
Gabu	3	1	4	1	2	11	1
Oio	1	2	6	2	6	17	3
Quinara	8	8	5	5	5	31	8
Tombali	7	7	2	6	3	25	6
SAB	6	5	3	3	1	18	4

Ou seja, de acordo com o conjunto de indicadores recolhidos para a área da Educação, a região onde o acesso ao direito à educação é melhor é Gabu e aquela onde é pior é Quinara. Neste caso tal deve-se ao abandono escolar que é mais grave que em qualquer outra região.

FINANCIAMENTO



CO-FINANCIAMENTO

PROMOTORES



acep

